

– *Encontro com os clássicos* –

O sistema salarial*

Piotr Kropotkin

I – Governo representativo e salários

Em seu plano de reconstrução da sociedade, os coletivistas cometem, em nossa opinião, um duplo erro. Embora falem em abolição das regras do Capital, eles desejam, contudo, manter duas instituições que formam a base do Capital: o sistema salarial e o governo representativo.

Com relação ao governo representativo, permanece absolutamente incompreensível, para nós, enquanto homens inteligentes (e eles não faltam aos coletivistas) como eles podem continuar a serem defensores dos parlamentos nacionais e municipais, depois de todas as lições sobre esse assunto demonstrado pela história, seja na Inglaterra, na França, na Alemanha, Suíça ou Estados Unidos.

Embora o sistema parlamentar esteja em todos os lugares caindo aos pedaços e seus princípios estejam sendo criticados em todas as direções, como podem, ao se chamarem Socialistas Revolucionários, procurarem manter um sistema já condenado à morte?

O governo representativo é um sistema que

foi elaborado pela burguesia como forma de se contrapor à realeza e, ao mesmo tempo, manter e aumentar sua dominação sobre os trabalhadores. É a principal característica de um governo burguês. Mas, mesmo os seus mais ardentes admiradores, não tem afirmado seriamente que um corpo parlamentar ou municipal, na verdade, representa uma nação ou uma cidade; os mais sábios estão conscientes que isso é impossível.

Ao defender o sistema parlamentar, a burguesia tem simplesmente procurado colocar um dique entre ela e a realeza, ou entre ela e a aristocracia territorial, sem garantir a liberdade ao povo. É ainda mais simples entender que conforme o povo torna-se consciente de seus interesses e a variedade destes interesses crescem, o sistema torna-se inexecutável.

Isso ocorre porque os democratas de todos os países estão procurando diferentes paliativos ou correções e não as encontram. Eles estão tentando um “Referendum” e descobrem que isso é irrelevante; eles tagarelam sobre a representação proporcional, da representação das minorias e outras utopias parlamentares.

* Tradução: Amir el-Hakim de Paula.

Em uma palavra estão se esforçando para descobrir o que não pode ser achado; quer dizer, um método de delegação que representará uma miríade de variedades de interesses da nação; eles estão sendo forçados a reconhecer que estão sob um falso caminho, e que confiar em um governo por meio da delegação de poder, é suicídio.

E, enquanto isso, os social-democratas e os coletivistas não estão perdendo a sua confiança nesse sistema, tentando manter a tão propalada representação nacional; e isso é o que não podemos entender.

Se nossos princípios anarquistas não os interessam, se eles não acham-os aplicáveis, eles deveriam, pelo menos parece para nós, tentar descobrir qual outro sistema de organização poderia melhor corresponder a uma sociedade sem capitalistas e latifundiários. Mas tomar o sistema burguês – um sistema já em decadência, o sistema mais vicioso que existe na atualidade – e proclamá-lo (com algumas inocentes correções, tais como o mandato imperativo ou o inútil “Referendum” que anteriormente comentei), como sendo bom para a sociedade que passou por uma Revolução Social, é o que parece-nos absolutamente incompreensível, ao menos se o nome de Revolução Social que eles entendem é muito diferente de Revolução, algo como um pequeno remendo da sociedade, do domínio burguês.

O mesmo ocorre em relação ao sistema salarial. Depois de ter proclamado a abolição da propriedade privada e também a posse comum dos meios de produção, como eles podem sancionar a manutenção de um sistema salarial? E, é isso que os coletivistas estão fazendo quando eles elogiam a

eficiência dos cupons de trabalho.

Que os socialistas ingleses do início deste século devessem inventar os cupons de trabalho é compreensível. Eles estavam tentando reconciliar Capital e Trabalho e repudiavam toda ideia de violência para conseguir tomar posse da propriedade dos capitalistas. Eram tão poucos revolucionários que declaravam-se prontos a aceitar até o domínio imperial, se esse domínio favorecesse suas sociedades cooperativistas. Eles permaneciam burgueses na base, embora homens caridosos; e isso é porque (Engels disse em seu prefácio do Manifesto Comunista de 1848) os socialistas daquele período estavam entre os burgueses, enquanto os trabalhadores avançados eram comunistas.

Se depois Proudhon tomou essa mesma ideia, novamente é fácil compreender. O que ele estava procurando em seu sistema mutualista, se não permitir um capital menos ofensivo, em que pese a manutenção da propriedade privada, que ele detestava do fundo do seu coração, mas que acreditava ser necessária para a garantia do indivíduo contra o Estado? Além disso, se os economistas pertencentes, mais ou menos, à burguesia também adotam os cupons de trabalho, não é surpreendente. Importa pouco para eles se o trabalhador seja pago em cupons de trabalho ou em moedas estampadas com a esfinge do Rei ou da República. Eles querem salvar, na derrocada futura, a propriedade privada das casas, do solo, dos moinhos; ou, ao menos, das casas e do capital necessário para a produção de manufaturados. E, para manter essa propriedade, os cupons de trabalho responderiam muito bem.

Se os cupons de trabalho pudessem ser trocados por jóias e carruagens, o dono de uma propriedade desejaria aceitá-la como renda, contanto que, a casa, o campo e o moinho continuassem pertencendo a proprietários individuais. Os cupons de trabalho seriam usados, de alguma forma, para pagar os salários daqueles que iriam trabalhar em seus campos ou suas minas, ou se alojar nas suas casas. E também seria requisitado para pagar os salários dos trabalhadores, seja em ouro ou em papel moeda, trocáveis por todo tipo de mercadorias.

Mas como pode essa nova forma de salários, os cupons de trabalho serem sancionados por aqueles que admitem que as casas, os campos, as minas não seriam mais propriedades privadas, que elas deveriam pertencer à comuna ou à nação?

II – O Sistema Salarial Coletivista

Vamos examinar mais cuidadosamente esse sistema de remuneração de trabalho, defendido por coletivistas ingleses, franceses, italianos e alemães. Parece próximo a isso: Cada um trabalha, seja no campo, nas fábricas, nas escolas, nos hospitais ou em tudo o que quiser. O dia de trabalho é regulado pelo Estado, que é dono do solo, das fábricas, dos meios de comunicação e todo o resto. Cada trabalhador, tendo trabalhado um dia, recebe um cupom de trabalho, estampado, vamos dizer, com essas palavras: oito horas de trabalho. Com esse cupom, ele pode procurar algum tipo de bem nas lojas do Estado ou dos vários sindicatos de trabalhadores. O cupom é divisível de tal forma que os valores de uma hora de carne, dez minutos de fósforos ou meia hora de tabaco podem ser

comprados. Ao invés de dizer “dois pence de sabão”, depois da Revolução coletivista se dirá: “cinco minutos de sabão”.

Muitos coletivistas, fiéis às distinções estabelecidas pelos economistas burgueses (Marx também), entre o trabalho qualificado e o trabalho simples, diz-nos, que o trabalho qualificado ou profissional deveria ser pago certo número de vezes a mais do que o trabalho simples. Deste modo, uma hora de trabalho de um doutor deveria equivaler a duas ou três horas de trabalho de uma enfermeira, ou três horas de um escavador. “O trabalho profissional ou qualificado seria um múltiplo do trabalho simples”, dizem os ‘Gronlund’ coletivistas, porque esse tipo de trabalho exige um aprendizado maior ou menor.

Outros coletivistas, os marxistas franceses, por exemplo, não fazem essa distinção. Eles proclamam a “igualdade de salários“. O doutor, o diretor de escola e o professor serão pagos (em cupons de trabalho) da mesma forma que o escavador. Oito horas passadas em um hospital terá o mesmo valor que oito horas passadas em uma obra de escavação, numa mina ou numa fábrica.

Alguns fazem uma concessão maior: eles admitem que o trabalho desagradável, ou insalubre, como os dos que trabalham na limpeza de esgoto, deveria ser pago em um nível maior que o trabalho agradável. Uma hora de serviço dos limpadores de esgoto poderia contar por duas horas de trabalho de um professor. Vamos adicionar que certos coletivistas advogam a remuneração diferenciada das sociedades de trabalhadores baseando-se nas sociedades comerciais. Deste modo, uma sociedade pode dizer: “Aqui temos cem toneladas de aço. Para

produzi-las, cem trabalhadores de nossa sociedade levou dez dias; como nosso dia consiste de oito horas de trabalho, têm-se oito mil horas de trabalho para cem toneladas de aço; oito horas a tonelada.” Sob tal sistema, o Estado pagará a eles oito mil cupons de trabalho de uma hora cada, e esses oito mil cupons serão distribuídas entre os companheiros da fundição, como melhor lhes. Ou novamente, se cem mineiros passarem vinte dias na mina para a extração de oito mil toneladas de carvão, o carvão terá valido duas horas a tonelada e dezesseis mil cupons de trabalho por cada hora, sendo esse valor recebido pelo sindicato dos mineiros que a distribuirá conforme acharem mais justo.

Se houverem disputas, se os mineiros protestarem e argumentarem que uma tonelada de aço deveria custar seis horas de trabalho ao invés de oito; ou se o professor calcular seu dia duas vezes mais alto do que o de uma enfermeira, então o Estado deve arbitrar e regular a diferença.

Tal sistema, em poucas palavras, é a organização que os coletivistas desejam ver na Revolução Social. Como nós vimos, seus princípios são: propriedade coletiva dos instrumentos de trabalho e remuneração a cada trabalhador de acordo ao tempo gasto no trabalho produtivo, levando em consideração a produtividade de seu trabalho. Quanto ao seu sistema político, predominaria o sistema parlamentar, acrescido das mudanças realizadas pelos homens do poder, como o mandato imperativo e o “Referendum”, isto é, o voto geral de “sim” ou “não” sob questões submetidas à decisão popular.

Nós devemos dizer, de imediato, que esse sistema parece absolutamente incapaz de realização.

Os coletivistas começam por proclamar um princípio revolucionário – a abolição da propriedade privada – e, tão logo proclamada, eles negam-a ao manter uma organização da produção e do consumo originada da propriedade privada.

Eles proclamam um princípio revolucionário e ignoram as conseqüências que ele necessariamente traz. Esquecem que o fato de abolirem a propriedade individual dos instrumentos de produção (terra, fábricas, meios de comunicação, capital) obriga a sociedade a lançar um novo caminho e que se deva mudar a produção do topo à base, mudar não somente seus métodos, mas seus fins, ou seja, que todas as relações cotidianas entre os indivíduos devem ser modificadas, no momento em que, a terra, as máquinas e o resto sejam considerados como posseção de uso comum.

Eles dizem “Não à propriedade privada” e apressam-se para manter a propriedade privada em suas relações cotidianas. “Com relação aos produtos, você está em uma comuna” dizem eles, “os campos, as ferramentas, a maquinaria, tudo que tem sido feito - manufaturas, estradas de ferro, portos, minas, serão para todos de uso comum. Nenhuma sutil distinção será feita com relação a parte de cada um nessa propriedade coletiva.”

“Mas, a partir de amanhã, vocês discutirão a parte a que cada um caberá, ao fazerem novas máquinas, cavarem novas minas. A partir de amanhã, vocês se esforçarão para pesar exatamente a porção que a cada um caberá na nova produção. Vocês contarão seus minutos de trabalho, olharão no relógio para saber se o trabalho de seu vizinho pode comprar mais do que o seu. Calcularão as horas e os minutos dos seus trabalhos e porque a hora nada

significa – já que em uma fábrica um trabalhador pode manejar quatro teares ao mesmo tempo, enquanto em outra ele somente maneja dois, vocês pesarão a força muscular, a energia do cérebro e a energia do nervo gasto. Além disso, contarão escrupulosamente os anos de aprendizado e poderão valorizar a parte correspondente a cada um na produção do futuro. E, tudo isso, depois de declararem que tinham deixado inteiramente de fora a parte da produção que tinham tomado no passado.”

Bem, é evidente para nós que uma sociedade não pode organizar-se sob dois princípios absolutamente opostos, que se contradizem a cada movimento. E a nação ou a comuna que assumisse tal organização, seria forçada, ou a retornar ao regime de propriedade privada ou a transformar-se imediatamente em uma sociedade comunista.

III – Desigual Remuneração

Nós temos dito que a maior parte dos escritos coletivistas exigem que, na sociedade socialista, a remuneração deveria estar baseada na distinção entre trabalho qualificado ou profissional e o trabalho simples. Eles afirmam que uma hora do trabalho de um engenheiro, do arquiteto, do doutor deveria ser contabilizado como duas ou três horas de trabalho do ferreiro, do pedreiro ou da enfermeira. E a mesma distinção, eles dizem, deve ser estabelecida entre os trabalhadores cuja atividade requer uma aprendizagem (independentemente de ser curta ou longa) e os trabalhadores comuns.

Mas ao estabelecer essa distinção, mantêm todos nas desigualdades de nossa sociedade atual.

Essa distinção serve para traçar de antemão uma demarcação entre o operariado e aqueles que querem dominá-lo. E, dividirá ainda a sociedade em duas definidas classes sociais: uma, a aristocracia do saber e a outra a sociedade democrática dos homens de mãos calejadas; uma classe devotada ao serviço da outra; uma classe trabalhadora usando as suas mãos para nutrir e vestir os que se aproveitam do seu tempo livre para aprender como dominar aqueles que trabalham para eles.

Isto é erigir as distintas feições existentes na sociedade burguesa e sancioná-las por uma revolução social. Erigir, em um princípio, um abuso que hoje está condenado na sociedade que, supostamente, se quer destruir.

Nós sabemos muito bem qual será a resposta. Nós seremos lembrados do “Socialismo Científico”. Serão citados os economistas burgueses e Marx também, para provar que há uma boa razão para a diferença salarial, para a “força de trabalho” do engenheiro valer mais do que a “força de trabalho” de um escavador. E, na verdade, não existem economistas se esforçando para provar que, se um engenheiro recebe vinte vezes mais do que um escavador, é porque o custo necessário para produzir um engenheiro é mais considerável do que o necessário para produzir um trabalhador comum? E Marx não tem defendido que a distinção entre os próprios trabalhadores manuais é necessária? Ele não chegaria a outra conclusão, visto que pegou a teoria do valor de Ricardo e insistiu que os produtos são trocados, em proporção a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-los.

Mas nós sabemos também quanto disso se deveria acreditar. Sabemos que se o engenheiro, o

cientista e o doutor são pagos, hoje, dez ou cem vezes mais do que o trabalhador, que se o tecelão ganha três vezes mais que o agricultor e dez vezes mais que o operário da fábrica de fósforos, não é porque o que eles recebem está em proporção aos vários custos de sua produção. Pelo contrário, ele está em proporção à dimensão do monopólio da educação e da indústria. O engenheiro, o cientista e o doutor retiram seus lucros, simplesmente, do valor de seu capital – seu grau de estudo, seus diplomas – tanto quanto o capitalista tira o seu lucro de uma usina, ou como o nobre usa o seu nascimento e seu título para angariar benefícios.

Quando o empregador paga ao engenheiro vinte vezes mais do que a um operário, ele se utiliza de um simples cálculo: se um engenheiro pode economizar para ele (empregador) 4.000 libras no custo da produção, ele o pagará 800 libras ao ano. E, se ele vê que um capataz é um hábil trabalhador e pode economizar 400 libras com sua destreza, ele imediatamente oferece de 80 a 90 libras ao ano. Ele gasta 100 libras onde ele planeja ganhar 1.000 libras; essa é a essência do sistema capitalista. E, é assim como funcionam as diferenças entre os vários empreendimentos.

Onde, então, está o sentido de falar do custo da produção da força de trabalho, e dizer que um estudante que passa sua alegre juventude em uma Universidade, tem o direito de ganhar dez vezes mais do que o filho de um mineiro que se define em um poço desde os 11 anos? Ou que um tecelão tem o direito de ganhar três ou quatro vezes mais alto do que aquele de um agricultor? O gasto necessário para produzir um tecelão não é quatro vezes maior que o necessário custo da produção de

um agricultor. O tecelão simplesmente beneficia-se da posição vantajosa que a indústria desfruta na Europa, quando comparada com outras partes do mundo, onde atualmente não há desenvolvimento industrial.

Ninguém alguma vez estimou o real custo da produção da força de trabalho. E se um ocioso custa à sociedade muito mais do que um trabalhador honesto, ainda permanece a necessidade de se saber, tendo em conta tudo (mortalidade infantil entre os trabalhadores, os estragos da anemia nas mortes prematuras) se um forte trabalhador diário não custa mais do que um artesão.

Devemos concordar que, por exemplo, 15 shelling ao dia de uma trabalhadora de Londres e 3 pence ao dia de uma camponesa de Auvergne, que cega-se fazendo renda, representam o custo de produção dessas mulheres? Nós estamos perfeitamente conscientes que elas trabalham por até menos, mas sabemos também que fazem isso inteiramente porque, graças à nossa esplêndida organização social, elas morreriam de fome sem esses ridículos salários.

A atual escala de salários parecem-nos fruto de um mecanismo de impostos, interferências governamentais, monopólio e ganância capitalista – em uma palavra, do Estado e do sistema capitalista. Em nossa opinião todas as teorias feitas pelos economistas sobre a escala de salários foi inventada, posteriormente, para justificar as injustiças sociais existentes. É desnecessário considerá-las.

Entretanto, nós seremos convencidos que a escala de salários coletivista será, em todos os sentidos melhor. “Você deve admitir”, nos dirão, “que ela será, ao menos, melhor para pagar aos

trabalhadores duas ou três vezes a média paga pelos Rotchilds, que colocam em seus bolsos em um dia, mais do que o operário pode colocar em um ano. Ela será um passo em direção à igualdade”.

Para nós, ela dará um passo para trás no caminho da igualdade. Introduzir na Sociedade Socialista a distinção entre trabalho comum e trabalho profissional seria sancionar, pela Revolução, e elevar a um princípio, um fato brutal, considerado, hoje em dia, como injusto. Seria agir a maneira daqueles senhores do 4 de agosto de 1789, que proclamaram, em alto e bom som, a abolição dos direitos feudais e no dia 8 de agosto sancionaram vários pareceres que impunham aos camponeses os deveres pelos quais tinham se redimidos dos nobres. Ou como o governo russo no tempo da emancipação dos servos quando proclamou que a terra, daí em diante, pertenceria à nobreza, quando anteriormente era considerado um abuso que a terra que pertencia aos camponeses pudesse ser comprada e vendida por pessoas privadas.

Colocando um melhor exemplo, quando a Comuna de 1871 decidiu pagar aos membros do Conselho Geral 125 shellings e 6 pence ao dia, enquanto à Guarda Nacional, que tinha a tarefa de proteger, somente 1 shelling e 3 pence, certas pessoas aplaudiram essa decisão como um ato de grande igualdade democrática. Mas, na realidade, a Comuna, fazendo isso, sancionou a antiga desigualdade entre oficiais e soldados, governadores e governados. Para um parlamento oportunista, tal decisão pode parecer esplêndida, mas para a Comuna isso foi a negação de seus princípios. A Comuna estava sendo falsa ao seu princípio

revolucionário, e esse fato a condenaria.

No presente estado da sociedade, quando nós vemos o gabinete ministerial pagarem aos seus membros milhares de shellings ao ano, enquanto o operário tem que se contentar com menos do que uma centena; quando nós vemos o capataz receber duas ou três vezes mais do que um trabalhador comum, e quando entre os operários há todo tipo de gradações salariais, de 7 shelling ou 8 shelling ao dia diminuindo até os 3 pence das costureiras, nós desaprovamos os largos salários dos ministros e também as diferenças entre os artesãos de 8 shelling e as costureiras de 3 pence. E nós dizemos: “Vamos combater os privilégios da educação como combatemos os privilégios de nascimento”. Somos anarquistas porque esses privilégios nos revoltam. E como podemos transformar esses privilégios em um princípio? Como podemos proclamar que os privilégios da educação serão a base de uma sociedade igualitária, sem provocar um implosão dessa sociedade? O que está submetido hoje, não estará mais submetido em uma sociedade baseada na igualdade. O general acima do soldado, o engenheiro rico sobre o operário, o doutor sobre a enfermeira, já revolta-nos. Poderemos conviver com essas desigualdades em uma sociedade que se proclama igualitária?

Evidentemente não. A consciência popular, inspirada pela ideia de igualdade, revoltar-se-á contra tal injustiça, ela não tolerará. Não vale a pena tentar.

Isso é porque certos coletivistas, entendendo a impossibilidade de manter as diferenças salariais em uma sociedade inspirada pelas influências da Revolução, zelosamente advogam a igualdade de

salários. Mas eles tropeçam contra as novas dificuldades e sua igualdade de salários torna-se à uma utopia, incapaz de realização.

Uma sociedade que se aproveita de toda a riqueza social, e tem plenamente anunciado que todos tem direito à essa riqueza, qualquer que possa ser a parte que tenham contribuído no passado, será obrigada a abandonar toda a ideia de salário, seja em dinheiro ou em cupom de trabalho.

IV – Salários Iguais X Comunismo

“A cada um segundo o seu trabalho”, dizem os coletivistas, ou melhor, a cada um segundo a sua parte dedicada à sociedade. É esse o princípio que eles recomendam como a base da organização econômica, depois da Revolução transformar todos os instrumentos de trabalho e tudo que é necessário para a produção em posse comum!

Bem, se a Revolução Social fosse tão infeliz para proclamar este princípio, estancaria a maré de progresso humano e deixaria insolúveis enormes problemas sociais sobre nossos ombros existentes há vários séculos.

É verdade que na nossa sociedade, no qual quanto mais se trabalha, menos se ganha, esse princípio pode parecer, num primeiro momento, uma aspiração à justiça. Mas na sua base está a consagração das injustiças passadas. É com esse princípio que o sistema salarial chegou às aberrantes desigualdades e todas as abominações do presente estado. E ele acabou deste modo porque, desde o dia que a sociedade começou a valorizar os serviços pelo dinheiro ou qualquer outro tipo de ganho, e que cada um deveria ter somente o que poderia amealhar

pelo valor de seu trabalho, a história do capitalismo, com a ajuda do Estado, foi escrita; sua origem estava ligado à esse princípio.

Devemos nós, então, retornar para nosso ponto de partida e passar, uma vez mais, pelo mesmo processo de evolução capitalista? Esses teóricos parecem desejar isso, mas felizmente isso é impossível; a Revolução será comunista, ou será afogada em sangue e todo o processo revolucionário terá que começar novamente.

Qualquer serviço prestado à sociedade, seja na fábrica, no campo ou mesmo moral, não pode ser avaliado por uma unidade monetária. Não há uma medida exata de seu valor, o que tem sido impropriamente chamado “valor de troca” ou seu valor de uso. Se nós vemos dois indivíduos, ambos trabalhando por anos, cinco horas diárias para a comunidade, em duas ocupações igualmente prazerosas, podemos dizer que, levando em consideração a sua finalidade, seus trabalhos são mais ou menos equivalentes. Entretanto, seus trabalhos não poderiam ser fracionados, para que o produto de cada dia, cada hora ou o minuto de um deveria ser o mesmo produzido por cada minuto ou hora de outro.

Falando a grosso modo, nós podemos dizer que um homem que durante sua vida toda se privou de lazer, por dez horas diárias de trabalho, deu muito mais à sociedade do que aquele que despendeu apenas cinco horas de trabalho ao dia, não privando-se de qualquer lazer. Mas nós não podemos determinar que um homem fez durante duas horas e dizer o que seu produto vale exatamente duas vezes mais o produto de um homem que trabalhou uma hora, e recompensar a

cada um proporcionalmente. Ao fazer isso, ignora-se a complexidade da indústria, agricultura, e mesmo a vida em sociedade; seria ignorar que o trabalho de todos os indivíduos, é o resultado de todos os trabalhos pretéritos e presentes de toda a sociedade. Seria imaginar-se na Idade da Pedra, quando, na verdade, se estaria na Idade do Aço.

Adentre a uma mina de carvão e veja o homem postado que trabalha na enorme máquina que sobe e desce a jaula. Em suas mãos, ele segura uma alavanca, pelo qual ele verifica ou reverte a ação da máquina. Ele movimenta a alavanca e, em um segundo, a jaula muda a sua direção vertiginosamente, para cima ou para baixo do poço. Seus olhos estão atentamente fixados sob um indicador na frente dele, que mostra exatamente o ponto que a jaula alcançou; mal ele toca a determinada alavanca e sua delicada pressão pára o circuito, nem um pé acima ou abaixo do ideal. E, mal os caminhões cheios são descarregados ou os vazios carregados, com um simples toque na alavanca, a jaula esta novamente subindo ou descendo o poço.

Por oito ou dez horas, ele concentra a sua atenção. Deixe seu cérebro relaxar por um instante, e a jaula deslizará e estraçalhará a roda, quebrará a corda e esmagará os homens, tornando todo o trabalho da mina perdido. Deixe-o perder três segundos em cada virada da alavanca, em uma mina com todas as modernas melhorias, e a saída de carvão da mina diminuirá de vinte a cinquenta toneladas.

Então é ele que realiza o serviço mais importante da mina? É talvez o garoto que dá o sinal para a montagem da jaula? É o mineiro que arrisca

sua vida a todo o momento nas profundezas da mina e acabará um dia sendo morto pelo gás grisú? Quem sabe, o engenheiro que ao errar seus cálculos, colocaria os homens, desnecessariamente a talharem a rocha nua? Ou finalmente é o proprietário, que coloca todo seu patrimônio na empreitada e que talvez diria, em oposição a todas as questões anteriores: “Cavando aí, vocês encontrarão

Todos os trabalhadores engajados na mina contribuem para a subida do carvão em proporção à sua força, sua energia, seu conhecimento, sua inteligência e sua habilidade. E nós podemos dizer que todos têm o direito à vida, satisfazer suas necessidades e até seus caprichos, depois que as mais imperiosas necessidades de cada um fossem satisfeitas. Mas como podemos avaliar o que cada um tem feito?

Mais ainda, o carvão que eles extraíram é o resultado tão somente de seu trabalho? Ele também não é o resultado do trabalho dos homens que construíram a estrada de ferro que leva à mina e as estradas que bifurcam de todos os lados das estações? E qual é o trabalho daqueles que tem cultivado e semeado os campos que suprem os mineiros com comida, aqueles que fundem o ferro, cortam as árvores na floresta, fazem as máquinas que consome o carvão, etc?

Há apenas uma linha tênue separando o trabalho de um e de outro. Ao medi-los, os resultados são absurdos. Dividi-los em frações e medi-los por horas de trabalho leva a outro absurdo.

Uma tarefa permanece: não medi-los, mas reconhecer o direito de todos que tomam parte no trabalho produtivo de também desfrutarem algum conforto.

Pegue como exemplo outro ramo de atividade humana, tome nossa existência como um todo e diga: qual de nós pode reclamar a mais alta recompensa por suas obras? Foi o doutor que pressentiu a doença ou a enfermeira que assegurou a sua cura pelos cuidados sanitários? O inventor da primeira máquina à vapor ou o garoto que um dia, cansado de puxar a corda que servia para abrir a válvula que segurava o vapor dentro do pistão, amarrou sua corda na alavanca da máquina e foi brincar com seus colegas, sem imaginar que tinha inventado o mecanismo essencial de toda a maquinaria moderna – a válvula automática? O inventor da locomotiva ou aquele trabalhador que sugeriu que o dormente de madeira deveria substituir os de pedras que eram colocadas entre os trilhos e jogavam os trens fora da linha, pela falta de elasticidade? O maquinista ou o guarda do sinal que pára o trem ou permite a passagem? A quem nós devemos o cabo transatlântico? Ao engenheiro, que continuamente afirmava que o cabo transmitiria telegramas, ou ao eletricitista que afirmava que isso não seria possível? O Maury, o cientista, que aconselhou a substituição dos cabos grossos por um não maior do que uma bengala? Ou, depois de tudo isso, aqueles voluntários vindos não se sabe de onde, que passavam dia e noite tirando os pregos que os acionistas das companhias marítimas tinham estupidamente introduzidos na capa isolante dos cabos submarinos para torná-los inúteis?

E, em um campo maior, o longo tratado da vida humana, com suas alegrias, suas tristezas, seus vários incidentes, não pode, cada um de nós, mencionar alguém que durante sua vida dedicou-se a algum serviço tão grande e importante, que se

fosse proposto avaliá-lo em dinheiro, ele se encheria de indignação. Esse serviço poderia ter sido uma palavra, nada além de uma palavra feita à qualquer época do ano, ou ter sido a dedicação de meses ou anos de devoção. Você irá mensurá-los, os mais importantes de todos os serviços, em cupons de trabalho? “O trabalho de cada um?” Mas as sociedades humanas não viveriam por duas sucessivas gerações, elas desapareceriam em 50 anos, se cada um de nós não desse muito mais do que recebesse em dinheiro, cupons de trabalhos ou em recompensas civis.

Seria a extinção da raça humana, se uma mãe não passasse a sua vida preservando a de seus filhos, se cada pessoa não desse alguma coisa sem se preocupar com o custo, se os seres humanos não dessem mais onde eles nem procuram recompensas.

Se a sociedade burguesa está indo à ruína; se nós estamos hoje num beco sem saída, do qual não há como escapar sem destruir as instituições do passado, isso é porque temos calculado muito. É porque não nos permitimos doar mais do que receber; porque desejamos transformar a sociedade em uma companhia comercial baseada no débito e no crédito.

Além do mais, os coletivistas sabem disso. Eles vagamente compreendem que a sociedade não pode existir se sua lógica principal for “A cada um segundo o seu trabalho”. Eles suspeitam que as necessidades (nós não estamos falando de caprichos) dos indivíduos nem sempre correspondem as tarefas realizadas. Em acordo com isso, De Paepe diz:

“Esse princípio eminentemente individualista será moderado pela intervenção social

para o propósito da educação das crianças e jovens (incluindo seu manutenção e sua alimentação) e pela organização social para a assistência de doentes e fracos, asilos para trabalhadores, etc.”

Mesmo os coletivistas suspeitam que um homem de 40 anos, pai de três filhos, têm necessidades maiores do que um jovem de 20 anos. Eles compreendem que uma mulher que está amamentando seu filho e passa noites mal dormidas, não pode produzir tanto quanto um homem que desfruta de uma tranqüila soneca.

Eles entendem que um homem ou uma mulher fatigados, talvez por terem trabalhado duro para a sociedade em geral, podem encontrarem-se incapazes de performarem tantas obras quanto aqueles que passam suas horas tranquilamente e embolsam seus cupons nos privilegiados escritórios de estatísticas do Estado.

E eles se apressam em moderar seus princípios. Oh, certamente, eles dizem, a sociedade alimentará e educará suas crianças, assistirá o idoso e o fraco e nem as necessidades nem as obras serão a medida do custo que a sociedade imporá a si própria a fim de ajustar os seus princípios.

O que é isso, a caridade? Sim, nossa velha amiga, a “caridade cristã”, só que agora organizada pelo Estado.

Melhore o hospital, organize um seguro para idosos e doentes, e o princípio das obras serão “ajustados”. Com o lema: “Ferir para depois curar”, não se poderia seguir adiante.

Deste modo, então, depois de terem repudiados o comunismo, depois de terem desdenhado de uma simples fórmula “a cada um segundo as suas necessidades”, não é óbvio que

eles, os grandes economistas, também perceberam que esqueceram algo, ou seja, as necessidades dos produtores? E, por isso, se apressam em reconhecê-las. Somente o Estado, que tanto estimam, descobrirá se as necessidades são desproporcionais às obras.

Será o Estado que dará esmolas para aquele que desejar reconhecer sua inferioridade e daí chegar a *Poor Law* e as *workhouses* será um pulo.

Há apenas uma pedra para jogar nessa sociedade madrasta do qual estamos nos revoltando, logo ela tem que encontrar o necessário para acabar com seus princípios individualistas. Por isso, faz concessões em um sentido comunista mas na forma de caridade.

Ela distribui jantares a baixa custo para prevenir a pilhagem das lojas. Também constrói hospitais, frequentemente insuficiente, mas, às vezes, esplêndidos, para prevenir o aumento de uma doença contagiosa. Ela depois de ter pago por nada, exceto as horas de trabalho, recebe as crianças daqueles que ela mesma reduziu à extrema penúria e leva em consideração as suas necessidades – em

Pobreza, a existência do pobre, foi a primeira causa dos ricos. Foi isso que criou os primeiros capitalistas. Pois antes do valor excedente que as pessoas gostam de tanto falar, para iniciar-se a acumulação foi-se necessário que existissem miseráveis que consentissem em vender sua força de trabalho ao invés de morrer de fome. É a pobreza que faz o rico. E se a pobreza avançou rapidamente no fim da Idade Média, foi porque as invasões e as guerras, a criação dos Estados, o desenvolvimento de sua autoridade e a riqueza ganha pela exploração do oriente e muitas outras causas de caráter natural

quebraram os laços que uniam as comunidades agrárias e urbanas, e levou-as, em lugar da solidariedade, que uma vez elas praticaram, a adotarem o sistema salarial.

E esse princípio será o resultado da Revolução?

Nós dignamente desafiamos, em nome de uma Revolução Social –aquele nome tão caro aos famintos, aos miseráveis e aos oprimidos– o triunfo de tal princípio. Não pode ser assim! Pois, um dia, quando as antigas instituições se dividirem em pedaços diante do machado do proletariado, vozes serão ouvidas gritando: Pão para todos! Abrigo para todos! Direito de todos terem uma vida confortável!

Essas vozes serão ouvidas e as pessoas dirão para si próprias: Vamos começar a satisfazer nossa fome de viver, a alegria da liberdade que nós nunca conhecemos. E quando todos experimentarem a felicidade, nós começaremos a trabalhar, a demolir os últimos vestígios do domínio burguês, a sua moral, sua filosofia de débito e crédito, suas instituições do “teu” e do “meu”: “Demolindo, Edificaremos”, como Proudhon dizia; nós construiremos em nome do comunismo e da anarquia.

Referência original

KROPOTKIN, Piotr. The Wage System. In: Freedom Pamphlets nº1. Londres: New Edition, 1920.